

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 488, DE 2005

Dá nova redação ao art. 31 da
Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

Autores: Deputada MARIA HELENA e
outros

Relatora: Deputada MARIA LÚCIA
CARDOSO

I - RELATÓRIO

A proposta de emenda à Constituição em epígrafe, que tem como primeira signatária a ilustre Deputada Maria Helena, pretende alterar o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que “modifica o regime, dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Na justificação, esclarece sua primeira subscritora que *“(...) a matéria de que trata a presente proposta de emenda à Constituição já mereceu o crivo do Congresso nacional, por meio de lei ordinária vetada pelo Presidente da República, sob a alegação de que não se contornaram, naquela oportunidade os óbices impostos pela Carta Magna na abordagem do tema”*.

Adiante, aduz que *(...) o que se vislumbra, portanto, não resta outra alternativa senão promover a alteração da própria Lei Maior como forma de equacionar o drama vivido pelos servidores do extinto Banco de Roraima, muitos deles dispensados da companhia, por força da liquidação*

decretada pelo Banco Central, em idade avançada, na qual já não poderiam obter recolocação no mercado de trabalho”.

Finalmente, conclui que “(...) são esses os motivos que justificam a esperança da primeira signatária de ver acolhida a proposta, para cuja tramitação pede-se o valioso e indispensável apoio dos nobres Pares”.

A matéria, nos termos do art. 202, *caput*, do Regimento Interno, foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise de sua admissibilidade constitucional.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Os pressupostos de admissibilidade da proposição em exame são os prescritos no art. 60, inciso I, §§ 1º a 4º, da Constituição Federal, e no art. 201, incisos I e II, do Regimento Interno.

Assim, analisando a matéria sob o ponto de vista formal, constatamos que a proposta em tela tem o número de subscrições necessárias – 183 assinaturas válidas –, conforme atesta a Secretaria-Geral da Mesa, e não há, no momento, embargo circunstancial que impeça a alteração da Carta Política, visto que o País passa por período de normalidade jurídico-constitucional, não se encontrando na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

No que concerne à análise material da proposição em análise, isto é, a sujeição de seu objetivo às cláusulas constitucionais imutáveis – as chamadas *cláusulas pétreas* –, verificamos, sem dificuldade, que a alteração projetada na Proposta de Emenda à Constituição nº 488, de 2005, não pretende abolir a forma federativa do Estado e o voto direto, secreto, universal e periódico, nem tampouco atingir a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto pela admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional nº 488, de 2005, por contemplar todos os requisitos constitucionais e regimentais exigidos para sua regular tramitação nesta Casa Legislativa.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada MARIA LÚCIA CARDOSO
Relatora